

Endividamento e inadimplência no Brasil

A Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) mostrou recorde no total de endividados no ano passado, nas duas faixas de renda. Os consumidores que mais se endividaram foram mulheres, pessoas jovens, com 2º grau completo e renda média e baixa. A proporção de famílias com dívidas atrasadas também foi a maior em 12 anos, com juros altos e piora no nível de endividamento. Mulheres, consumidor de baixa renda, com mais idade e menos escolaridade foram os mais afetados pela inadimplência.

Em 2022, 77,9% das famílias no País contraíram dívidas nas principais modalidades - cartão de crédito, cheque especial, cheque pré-datado, crédito consignado, crédito pessoal, carnês, financiamento de carro, financiamento de casa e outros tipos de dívida. Em termos absolutos, a cada 100 famílias, 78 se endividaram, recorde da série anual iniciada em 2010. O crescimento anual de 7 pontos percentuais na proporção de endividados foi o quarto consecutivo e o maior já observado na pesquisa, que mostra aceleração no pós-pandemia.

Quadro 1. Resumo dos principais indicadores

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
PEIC (percentual do total) – Média anual										
Famílias endividadas	62,5%	61,9%	61,1%	60,2%	60,8%	60,3%	63,6%	66,5%	70,9%	77,9%
Famílias com dívidas em atraso	21,2%	19,4%	20,9%	24,2%	25,4%	24,0%	24,0%	25,5%	25,2%	28,9%
Famílias sem condições de pagar as dívidas em atraso	6,9%	6,3%	7,7%	9,2%	10,2%	9,7%	9,6%	11,0%	10,5%	10,7%
PEIC – Var. em p.p.										
Famílias endividadas	4,3	-0,6	-0,8	-1,0	0,6	-0,5	3,4	2,8	4,4	7,0
Famílias com dívidas em atraso	-0,2	-1,8	1,5	3,2	1,2	-1,4	-0,1	1,5	-0,3	3,7
Famílias sem condições de pagar as dívidas em atraso	-0,2	-0,6	1,4	1,5	1,1	-0,5	-0,1	1,4	-0,6	0,2

Fonte: Peic/CNC

Gráfico 1. Proporção de endividados x taxa de juros média recursos livres pessoas físicas – evolução histórica

Proporção de Endividados X juros médios pessoas físicas



Fonte: Peic/CNC e Bacen

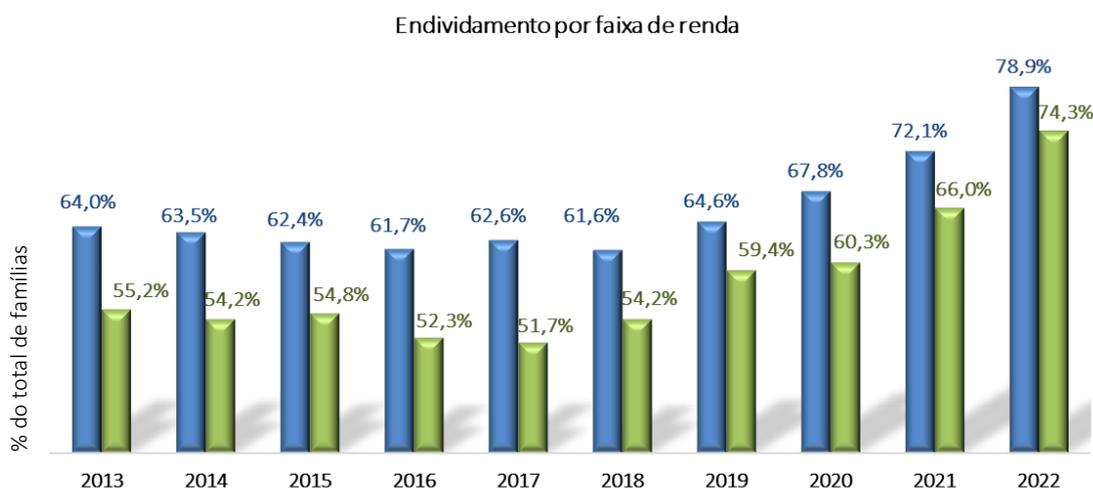
O rápido aumento dos juros entre 2020 e 2022 coincidiu com aumento de 14,3 pontos na proporção total de endividados no País. Essa dinâmica se distingue, por exemplo, da observada entre 2013 e 2016, em que o ciclo de aperto dos juros foi acompanhado de redução do endividamento. A queda dos juros para nível abaixo de dois dígitos em 2018 estimulou o uso do crédito e, conseqüentemente, o maior endividamento entre os brasileiros.

Já no pós-pandemia, os consumidores intensificaram a busca por crédito mesmo em um contexto de alta dos juros. A parcela de endividados mostrou recorde e tendência de alta nas duas faixas de renda pesquisadas.

A proporção de endividados alcançou 78,9% das famílias do grupo com até dez salários mínimos de renda mensal, e 74,3% entre as com mais de dez salários de rendimento. Os incrementos da parcela de endividados em 2022, nos dois grupos, também foram os maiores desde 2010: +6,8 p.p. e +8,3 p.p., respectivamente.

Apesar de, em termos absolutos, as famílias de menor renda serem mais endividadas do que as consideradas mais ricas, os avanços no volume de devedores no pós-pandemia e na última década foram mais expressivos entre os consumidores de maior renda.

Gráfico 2. Proporção de endividados por faixas de renda – evolução histórica



Fonte: Peic/CNC

Pela primeira vez na história da Peic, a proporção de endividados entre os mais ricos alcançou mais de 70% de consumidores desse grupo, que essencialmente utilizaram o cartão de crédito para financiar despesas com a retomada do consumo de serviços, viagens e entretenimento fora de casa a partir de 2021.

Assim, o avanço no endividamento pós-pandemia é explicado por três fatores. Entre as famílias mais pobres, o crédito foi fundamental para recomposição da renda e suporte ao consumo de itens de primeira necessidade, diante dos efeitos perversos da crise sanitária sobre o emprego formal e informal e da alta rápida e intensa da inflação. Entre as famílias mais ricas, a retomada do consumo reprimido nos tempos de *lockdown* levou a mais contrações de dívidas por este grupo. E, para todos os consumidores, as inovações tecnológicas nos serviços financeiros incentivaram o uso do crédito na aquisição de bens e serviços de forma geral.

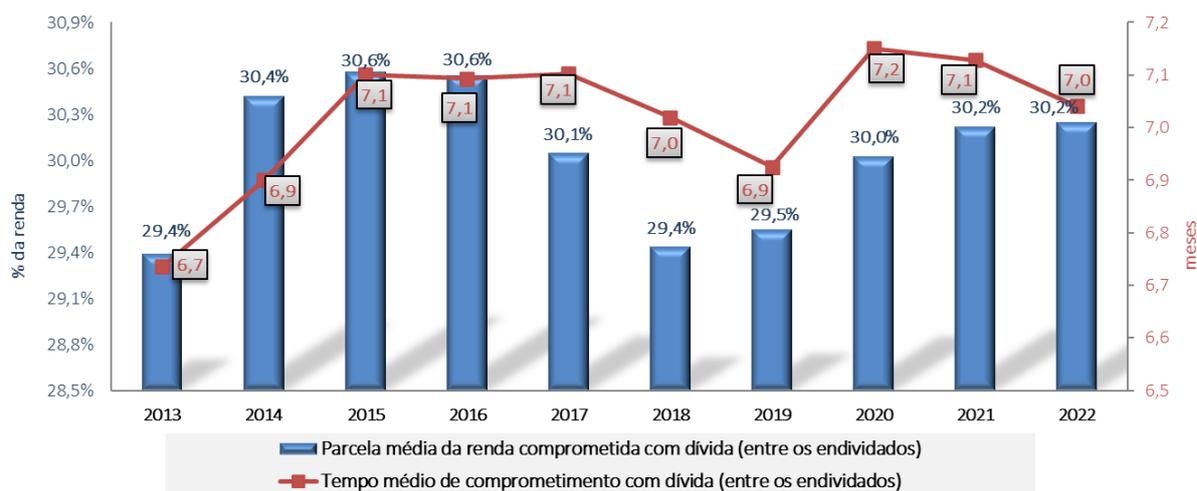
A evolução positiva do mercado de trabalho e as medidas transitórias de suporte à renda ao longo de 2022 (saques extraordinários do FGTS, antecipações do 13º salário do INSS e ampliação do Auxílio Brasil) se refletiram na atenuação do endividamento no segundo trimestre.

A dinâmica mais favorável, embora temporária, da inflação na segunda metade do ano, e a nova turbinada nos programas de transferência de renda, também melhoraram a receita disponível no fim de 2022. Esses fatores foram fundamentalmente importantes para explicar a moderação na parcela de endividados no segundo semestre.

No entanto, o alívio temporário na renda dos consumidores não foi suficiente para reduzir o comprometimento com dívidas. O brasileiro empenhou em média 30,2% da renda mensal com o

pagamento de dívidas contratadas com instituições financeiras. Ou seja, a cada R\$ 1 mil de rendimento, R\$ 302 foram destinados ao pagamento das dívidas. Sete meses é o prazo médio em que o brasileiro está comprometido com dívidas, tempo que vem caindo no pós-pandemia.

Gráfico 3. Percentual médio da renda comprometida com dívidas x tempo de comprometimento



Fonte: Peic/CNC

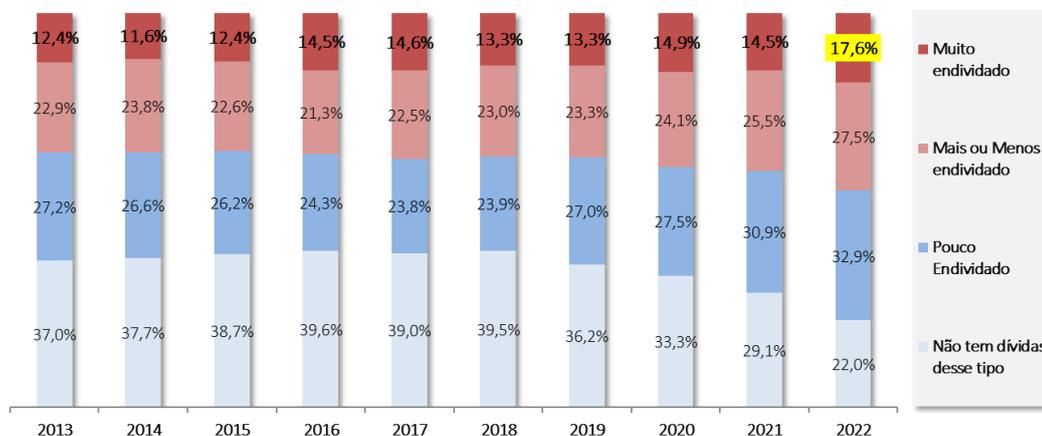
O maior nível de endividamento e o encarecimento do crédito pressionaram negativamente os orçamentos e contribuíram para a manutenção do comprometimento da renda acima dos 30%. Na última década, apenas entre 2015 e 2016 a proporção da renda comprometida esteve mais alta do que o indicador atual.

Além disso, do total de endividados, 21,5% precisaram de mais da metade de seus rendimentos para pagar dívidas - alta de 0,8 p.p. em relação à proporção média de consumidores em 2021. O indicador atingiu o maior nível dos últimos cinco anos, mas está 1,5 pontos abaixo da máxima histórica - 23% do total de endividados, observado em 2015. Pela ótica da Peic, esse é um dos elementos que sinalizam a condição de superendividamento.

Os consumidores têm reduzido os prazos dos empréstimos e financiamentos desde 2020, buscando modalidades de crédito relacionadas ao consumo de curto prazo, reflexo do expressivo ganho de participação do cartão de crédito, modalidade associada a prazos de pagamento menores.

O comprometimento de renda em menos tempo entre os endividados foi acompanhado da piora na percepção das famílias em relação ao seu nível de endividamento. Do total de consumidores com dívidas, 17,6% relatam estar “muito endividados” em 2022, alta de 3,1 p.p. ante 2021, a maior taxa de crescimento já observada no indicador, que é mais um que aponta para o superendividamento.

Gráfico 4. Percepção sobre o nível de endividamento – Percentual médio do total de endividados no Brasil



Fonte: Peic/CNC

Entre as famílias mais pobres, a percepção sobre o nível de endividamento foi ainda pior: duas em cada dez se sentem muito endividadas, e 23% das endividadas estavam com mais da metade da renda comprometida com dívidas. Tais fatos confirmam que a inflação e os juros elevados afetam mais as famílias de renda média e baixa do que as de maior renda.

Quadro 2 e 3. Indicadores de superendividamento – faixas de renda

Nível de endividamento			
média de 2022			
Categoria	Total	Renda Família	
		Até 10 SM	+ de 10 SM
Muito Endividado	17,6%	19,4%	9,2%
Mais ou Menos Endividado	27,5%	28,4%	23,9%
Pouco Endividado	32,9%	31,2%	41,2%
Não Tem Dívidas Desse Tipo	22,0%	21,0%	25,6%
Não sabe	0,0%	0,0%	0,1%
Não Respondeu	0,0%	0,0%	0,0%
Famílias Endividadas	77,9%	78,9%	74,3%

Parcela da renda comprometida com dívidas (% dos endividados)			
média de 2022			
Categoria	Total	Renda Família	
		Até 10 SM	+ de 10 SM
Menos de 10%	21,6%	20,2%	28,5%
De 11% a 50%	53,3%	53,2%	54,0%
Superior a 50%	21,5%	23,0%	14,2%
Não Sabe / Não Respondeu	3,6%	3,7%	3,3%
Parcela Média	30,2%	30,9%	27,3%

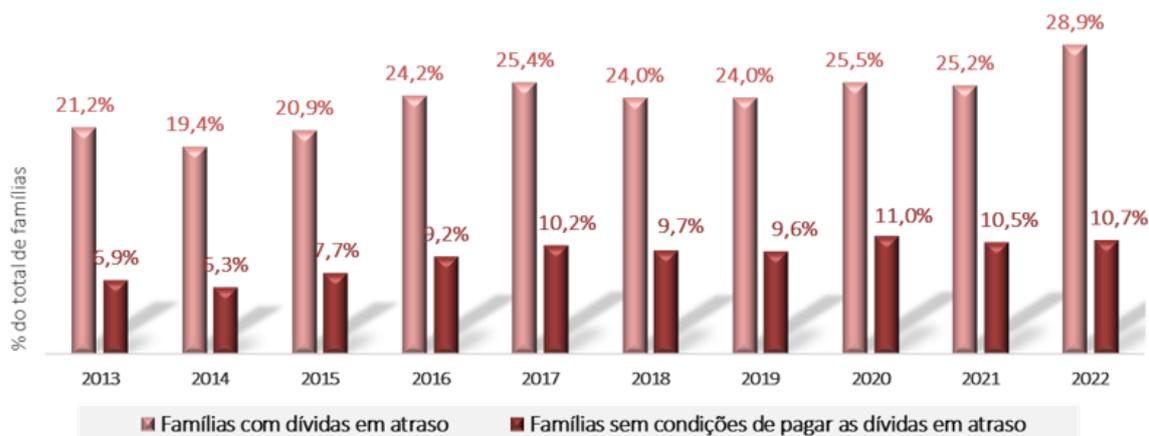
Assim, 2022 foi marcado por mais famílias endividadas e acirramento no nível do endividamento, com dívidas de maior valor pressionando os orçamentos domésticos. Porém, ao contrário do observado nos anos anteriores, a Peic do ano passado mostra que a alta no endividamento foi acompanhada de crescimento na inadimplência, caracterizando o cenário desafiador para os consumidores em 2023, na gestão das finanças pessoais e na manutenção da capacidade de consumo.

INADIMPLÊNCIA AVANÇA NOS DOIS GRUPOS DE RENDA; 46% DAS FAMÍLIAS MAIS POBRES ATRASARAM DÍVIDAS POR MAIS DE TRÊS MESES

Os dois indicadores de inadimplência da Peic tiveram aumento em 2022, revertendo as quedas entre 2020 e 2021. Com a alta do volume de endividados no contexto de inflação e juros elevados, o ano de 2022 marcou a concretização da inadimplência como um problema social.

O incremento na proporção média de famílias com dívidas atrasadas no ano passado (3,7 p.p.) foi o maior registrado na pesquisa, após queda em 2021. A expansão do crédito e o avanço do endividamento no contexto de acirramento das despesas com juros ao longo do ano dificultaram a gestão do orçamento doméstico, o que levou a proporção média de famílias com dívidas em atraso ao recorde de 28,9% do total de lares no país.

Gráfico 5. Indicadores de inadimplência da Peic



Fonte: Peic/CNC

O aumento expressivo mais recente do indicador havia ocorrido entre 2015 e 2016, justamente no último ciclo de alta da Selic. Naquele momento, entretanto, o endividamento se encontrava no menor nível em dez anos, na faixa de 60,2% do total de consumidores.

Por outro lado, a proporção média de famílias sem condições de pagar dívidas já atrasadas também cresceu (0,2 p.p.), alcançando 10,7% do total de consumidores brasileiros. Embora esse número seja menor do que a máxima histórica anual apontada em 2020 (11%), o indicador encerrou o ano passado em aceleração e ultrapassou os 11%, o que reforça a necessidade de programas de renegociação bem estruturados.

A proporção de famílias com dívidas atrasadas foi mais expressiva entre as de menor renda (32,3%), que sofreram mais com a alta abrupta da inflação, especialmente no grupo de despesas de maior peso nos orçamentos desses consumidores (alimentação, saúde e habitação).

Quadro 4. Inadimplência – Faixas de Renda

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
PEIC (Percentual do total) – Média anual										
Famílias com dívidas em atraso	21,2%	19,4%	20,9%	24,2%	25,4%	24,0%	24,0%	25,5%	25,2%	28,9%
Até 10 SM	23,6%	21,7%	23,4%	27,1%	28,7%	27,0%	26,9%	28,7%	28,2%	32,3%
Acima 10 SM	10,9%	9,8%	10,1%	11,8%	11,4%	11,3%	11,2%	11,4%	11,8%	13,3%
Famílias sem condições de pagar dívidas em atraso	6,9%	6,3%	7,7%	9,2%	10,2%	9,7%	9,6%	11,0%	10,5%	10,7%
Até 10 SM	8,1%	7,4%	9,0%	10,5%	11,8%	11,3%	11,2%	12,8%	12,4%	13,0%
Acima 10 SM	2,7%	2,2%	2,8%	3,7%	3,9%	3,7%	3,5%	4,2%	3,5%	3,1%

Fonte: Peic/CN

A cada mil famílias com até 10 SM, em média 323 atrasaram o pagamento de dívidas no ano passado, o maior número desde 2010. Entre as que atrasaram, 46% não pagaram em 90 dias. Ou seja, das 323, 149 ficaram com os atrasos por mais tempo. Esse percentual de consumidores que atrasaram dívidas por mais de três meses, essencialmente utilizado para balizar o *spread*¹ bancário, avançou 1,9 p.p. no ano, após quedas em 2019, 2020 e 2021.

Entre as famílias de maior renda, 2022 registrou o terceiro ano consecutivo de alta na proporção das com dívidas atrasadas: a cada mil consumidores nesse grupo, em média 133 atrasaram dívidas - aumento de 1,5 p.p., o maior em seis anos.

Nesse sentido, embora a inadimplência seja um problema com maior incidência entre as famílias de renda média e baixa, mostrou-se latente nos dois grupos de renda pesquisados.

MODALIDADES: CARTÃO DE CRÉDITO É O GRANDE DESTAQUE NO ENDIVIDAMENTO PÓS PANDEMIA

Assim como nos anos anteriores, o cartão de crédito foi a modalidade de dívida mais citada pelas famílias em 2022: 86,6% daquelas com dívidas, na média anual. Após o salto entre 2020 e 2021, novamente o crescimento da proporção de endividados no cartão (4,0 p.p.) se destacou em relação aos incrementos nas demais modalidades de dívida.

Quadro 5. Percentual médio de famílias endividadas nas principais modalidades de dívida – Brasil

Tipo de Dívida	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Cartão de crédito	75,2%	75,3%	76,1%	77,1%	76,7%	76,9%	78,7%	78,0%	82,6%	86,6%
Carnês	18,7%	17,0%	16,9%	15,4%	15,7%	15,4%	15,3%	16,8%	18,1%	19,0%
Financiamento de carro	12,2%	13,8%	13,7%	11,2%	10,2%	10,5%	9,9%	10,7%	11,6%	10,4%
Crédito pessoal	10,5%	9,5%	9,0%	10,3%	10,3%	9,4%	8,2%	8,5%	9,0%	9,0%
Financiamento de casa	6,1%	7,8%	8,3%	7,9%	8,2%	8,7%	8,7%	9,5%	9,1%	8,1%
Crédito consignado	5,2%	4,7%	4,6%	5,4%	5,6%	5,6%	5,5%	6,6%	6,5%	5,5%
Cheque especial	6,2%	5,6%	6,2%	7,2%	6,7%	5,8%	5,9%	5,9%	5,6%	5,4%
Outras dívidas	2,5%	2,3%	2,2%	2,4%	2,6%	3,0%	2,4%	2,2%	2,3%	2,2%
Cheque pré-datado	2,2%	1,8%	1,7%	1,7%	1,4%	1,1%	1,9%	0,9%	1,0%	0,6%
Não respondeu	0,3%	0,3%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,2%	0,2%	0,3%	0,1%
Não sabe	0,2%	0,2%	0,1%	0,1%	0,1%	0,2%	0,1%	0,1%	0,0%	0,0%

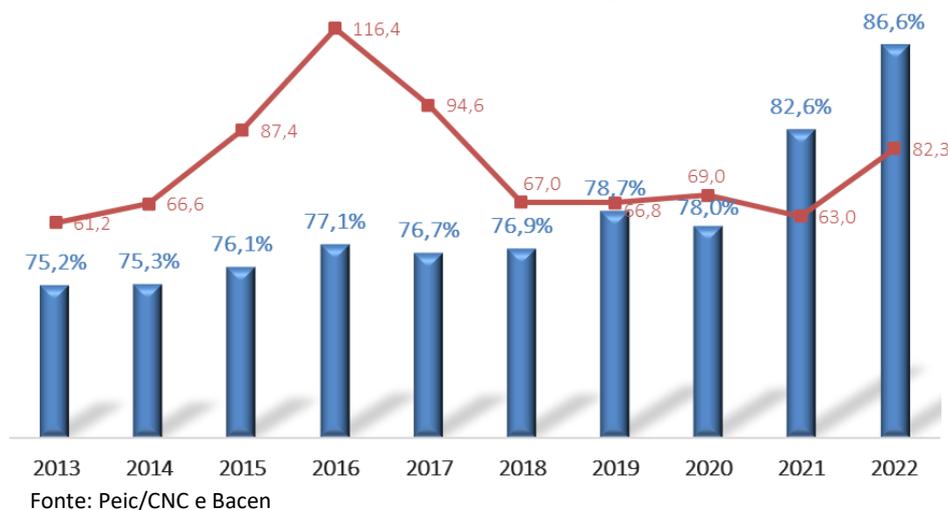
Fonte: Peic/CNC

Nos últimos dez anos, a proporção de endividados no cartão avançou 11,4 pontos. A segunda modalidade que mais cresceu entre os endividados nesse intervalo registrou alta bem mais modesta: 2,1 pontos, o financiamento imobiliário. Porém, as dívidas imobiliárias caíram como proporção dos endividados no pós pandemia, como mostra o quadro 5.

¹ Juros cobrados pelos bancos nos empréstimos menos os que eles recebem ao captar recursos de investimentos. O valor auferido do *spread* é utilizado pelas instituições financeiras para cobrir, entre outros gastos, as despesas com inadimplência, as quais vêm sendo revistas para cima pelas empresas que operam crédito no país.

A intensificação do uso do cartão de crédito pelas famílias nos últimos anos está associada a diferentes fatores. O cartão de crédito é uma meio de pagamento altamente difundido no Brasil, tipo de crédito fácil e imediato, que exige baixo esforço dos consumidores para utilizá-lo. Além disso, a entrada de *fintechs* no mercado de cartões ajudou a difundir o meio de pagamento, aumentando o endividamento na modalidade, mesmo sendo uma das que oferecem a maior taxa de juros média do mercado.

Gráfico 6. Cartão de crédito: percentual médio de endividados x taxas de juros média nas três modalidades (à vista, parcelado e rotativo)



Embora os juros anuais médios no mercado de cartões de crédito tenha registrado taxa abaixo do pico, em 2016, o endividamento na modalidade seguiu evoluindo.

Já no pós-pandemia, o quadro 5 mostra ainda que os carnês foram apontados por 19% das famílias como dívida no ano passado - alta de 0,9 p.p. em relação ao ano anterior. O crédito operado pelo grande varejo ganhou ainda mais relevância depois da pandemia, na esteira do processo de bancarização das redes varejistas e intensificação do uso de tecnologias novas nos serviços financeiros.

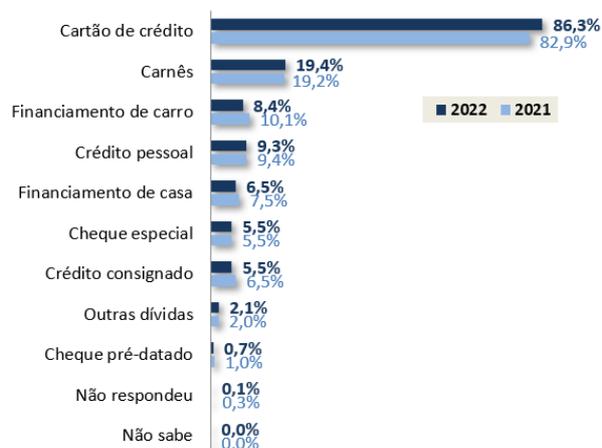
As modalidades de financiamento (casa e carro), ou o crédito de longo prazo, perderam espaço como proporção dos endividados. O mesmo ocorreu com o crédito consignado, que embora esteja entre as linhas de crédito com menores taxas de juros do mercado, foi opção de endividamento para apenas 5,5% do total de endividados, em média, redução de 1 p.p. ante 2021.

Nas faixas de renda, a composição das dívidas das famílias dos dois grupos teve algumas disparidades e um ponto em comum: novamente o cartão de crédito foi a modalidade mais representativa (86,3% dos endividados com até 10 SM, e 88,1% do endividados com mais de 10 SM), e a que mais cresceu em ambos os grupos de renda (+3,4 p.p. entre os com mais de 10 SM e +6,2 p.p. nas famílias com mais de 10 SM).

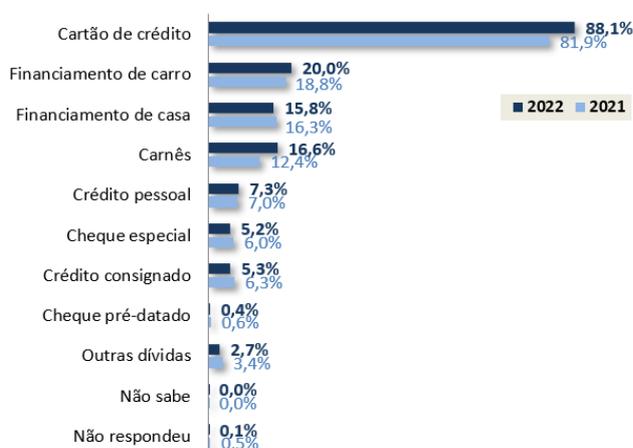
Enquanto na faixa de menor renda os carnês de lojas foram a segunda mais citada entre os tipos de dívidas, para as famílias mais ricas, as modalidades de crédito de longo prazo, ou seja, os financiamentos de carro e de casa, são mais representativas e ocuparam o segundo e o terceiro lugares, respectivamente.

Gráficos 7 e 8 – Modalidades de dívida – Percentual médio dos endividados por faixa de renda

Tipo de dívida - Até 10 SM



Tipo de dívida - Acima de 10 SM



Fonte: Peic/CNC

RECORTES: COM DADOS INÉDITOS, PEIC RETRATA ENDIVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA POR GÊNERO, FAIXA ETÁRIA E GRAU DE INSTRUÇÃO

O ano de 2022 foi especialmente desafiador para as mulheres, mais numerosas entre a população endividada, assim como entre os inadimplentes. Do total de consumidoras, em média 79,5% se endividaram no ano passado, enquanto 76,7% dos homens possuíam algum tipo de dívida, diferença de 2,8 pontos percentuais entre os gêneros.

O público feminino foi o que mais usou o cartão de crédito, em que 88,7% do total de endividados na modalidade eram mulheres. Os homens reportando dívidas no cartão chegaram a 85,4%. Nos sete demais tipos de dívida considerados na pesquisa, o homens proporcionalmente superaram as mulheres entre os endividados.

Elas também foram as que mais atrasaram o pagamento de dívidas: 29,6% do total de mulheres no País não pagaram em dia e pioraram o nível de endividamento. A percepção sobre a inadimplência recorrente penaliza 10,9% das mulheres brasileiras e 10,6% dos homens, médias dos que afirmaram não ter condições de pagar dívidas já atrasadas.

Quadro 6. Principais indicadores - gênero

GÊNERO	2022
PEIC (Percentual do total) – Média anual	
Famílias endividadas	
Masculino	76,7%
Feminino	79,5%
Famílias com dívidas em atraso	
Masculino	28,1%
Feminino	29,6%
Famílias sem condições de pagar dívidas em atraso	
Masculino	10,3%
Feminino	10,9%

Fonte: Peic/CNC

Os homens, porém, demonstram mais dificuldade do que as mulheres para pagar as dívidas acima de 90 dias de atraso: 43,1% do total de homens inadimplentes não conseguiram pagar essas dívidas mais antigas e seguiram inadimplentes. Volume ligeiramente menor de mulheres (ainda assim, bastante relevante) atrasaram dívidas por mais de 90 dias, 42,9% do total da população inadimplente.

Observando a evolução do indicador de atrasos acima de 90 dias ao longo do ano, a partir da segunda metade de 2022, proporcionalmente os homens passaram a superar as mulheres nesses atrasos. Esse elemento pode indicar que as mulheres foram as que mais buscaram renegociar dívidas, e demonstraram mais resiliência e sucesso nos pagamentos de dívidas renegociadas.

Já por faixa de idade, o endividamento avançou mais ao longo do ano entre os jovens, ou com menos de 35 anos, que representaram na média 78,1% do total de consumidores em 2022. Na parcela da população com mais de 35 anos, 77,9% contraíram alguma dívida em 2022.

Quadro 7. Principais indicadores – idade

FAIXA ETÁRIA	2022
PEIC (Percentual do total) – Média anual	
Famílias endividadas	
Menos de 35 anos	78,1%
Mais de 35 anos	77,9%
Famílias com dívidas em atraso	
Menos de 35 anos	28,5%
Mais de 35 anos	29,3%
Famílias sem condições de pagar dívidas em atraso	
Menos de 35 anos	9,4%
Mais de 35 anos	11,8%

Fonte: Peic/CNC

Mesmo com endividamento mais elevado na população jovem, a inadimplência é um problema prevaiente entre os mais velhos: 28,5% dos que não pagaram dívidas no vencimento têm até 35 anos, enquanto essa proporção é de 29,3% entre os mais de 35 anos.

Quando se tratam das dívidas mais antigas, também são esses consumidores que predominantemente atrasaram por mais tempo: 46,2%, em média, dos com atrasos acima de 90 dias têm mais de 35 anos. Durante todo o ano essa parcela de consumidores mais velha superou os mais jovens nos atrasos acima de 90 dias.

No recorte da escolaridade, a diferença do endividamento entre os grupos pesquisados é bem pequena: 78% dos endividados concluíram o 2º grau, enquanto 77,8% não conseguiram terminar o ensino escolar.

Quadro 8. Principais indicadores – instrução

NÍVEL DE INSTRUÇÃO	2022
PEIC (Percentual do total) – Média anual	
Famílias endividadas	
Não concluíram 2º grau	77,8%
2º grau completo	78,0%
Famílias com dívidas em atraso	
Não concluíram 2º grau	31,2%
2º grau completo	25,8%
Famílias sem condições de pagar dívidas em atraso	
Não concluíram 2º grau	12,0%
2º grau completo	9,1%

Fonte: Peic/CNC

No entanto, no que diz respeito à inadimplência, aí sim a diferença entre os dois grupos foi mais significativa do que nos outros recortes. Enquanto 31,2% do total de consumidores que atrasaram dívidas não concluíram o ensino escolar, essa proporção representa 25,8% dos com 2º grau completo em diante.

Nesse sentido, a Peic mostra que o nível de instrução é um dos fatores mais relevantes para determinar a capacidade de pagamento das dívidas. A escolaridade aparentemente influencia mais o atraso de dívidas, em maior ou menor grau, do que outras características associadas aos consumidores, como o gênero e a faixa etária.

O volume de inadimplentes com atrasos acima de 90 dias é maior entre os com menor grau de instrução. Em média, 43,9% desses consumidores atrasaram os pagamentos de dívidas por mais de 90 dias em 2022. Entre esses consumidores há maior predominância de trabalhadores informais e com menores salários, o que os torna mais sensíveis às variações nos rendimentos e, conseqüentemente, aos atrasos por mais tempo.

CONCLUSÃO

O endividamento médio das famílias brasileiras acelerou no pós pandemia, atingindo em 2022 o maior nível histórico, com incremento das dívidas dos consumidores nas duas faixas de renda pesquisadas. O aumento da contratação de dívidas foi mais pronunciado nas famílias com mais de 10 salários de rendimentos mensais, pelo segundo ano, embora proporcionalmente os consumidores endividados com renda média e baixa sejam mais numerosos.

O pós-pandemia reverberou de diferentes formas na economia e no comportamento dos consumidores. A inflação ao consumidor mais elevada provocou o maior endividamento médio as famílias de menor renda, pela necessidade de recomposição dos rendimentos. A retomada do entretenimento fora de casa fez mais consumidores de maior renda se endividarem no cartão de crédito.

A percepção de superendividamento se acirrou entre os consumidores mais pobres, como salto da inflação e dos juros. O crédito de longo prazo perdeu relevância no endividamento, e as modalidades de dívida mais associadas ao curto prazo foram preferidas pelos consumidores, de forma geral, notadamente o cartão de crédito. O crédito operado pelo varejo ganhou importância, uma vez que mais famílias buscaram as dívidas nos carnês de loja.

O nível de endividamento de mulheres se destacou, assim como o de consumidores mais jovens e com o 2º grau completo em diante.

Com os juros elevados, o nível de endividamento das famílias piorou e dificultou a gestão do orçamento doméstico, ocasionando alta da inadimplência. Mais mulheres relataram atraso no pagamento de dívidas, e consumidores com mais de 35 anos, e os com menor grau de instrução também, são os que mais atrasaram pagamentos por mais de três meses.

Sobre a Peic

A Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) é um conjunto de informações apuradas mensalmente pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), desde de janeiro de 2010. Os dados são coletados em todas as capitais dos Estados e no Distrito Federal, com cerca de 18 mil consumidores.

Com as respostas, são apurados importantes indicadores: percentual de consumidores endividados, percentual de consumidores com contas em atraso, percentual de consumidores que não terão condições de pagar, tempo de endividamento e nível de comprometimento da renda.

O aspecto mais importante da pesquisa é que, além de traçar um perfil do endividamento, permite o acompanhamento do nível de comprometimento do consumidor com dívidas e percepção individual em relação à capacidade de pagamento. Existem alguns indicadores nacionais de crédito e inadimplência que, entretanto, dizem pouco sobre o endividamento do consumidor e nada a respeito da percepção da capacidade de pagamento.

Com o aumento da importância do crédito na economia brasileira, sobretudo o crédito ao consumidor, o acompanhamento desses indicadores é fundamental para analisar a capacidade de consumo futuro das famílias, levando-se em conta o comprometimento da renda com dívidas e a percepção em relação à capacidade de pagamento. Assim, essa pesquisa representa também um importante indicador antecedente do consumo e do crédito.

Os principais indicadores da Peic são:

- Percentual de famílias endividadas – percentual de consumidores que declaram ter dívidas na família nas modalidades: cheque pré-datado, cartões de crédito, carnês de lojas, empréstimo pessoal, prestações de carro e seguros;
- Percentual de famílias com contas e/ou dívidas em atraso – percentual de consumidores com contas ou dívidas em atraso na família;
- Percentual dos que não terão condições de pagar dívidas – percentual de famílias que não terão condições de pagar as contas ou dívidas em atraso no próximo mês e que, portanto, permanecerão inadimplentes;
- Nível de endividamento – entre muito, mais ou menos ou pouco endividados;
- Principais tipos de dívida – entre cartão de crédito, cheque especial, cheque pré-datado, crédito consignado, crédito pessoal, carnês, financiamento de carro, financiamento de casa e outras dívidas;
- Tempo de atraso no pagamento – entre até 30 dias, de 30 a 90 dias e mais que 90 dias; e
- Tempo de comprometimento com dívidas – entre até três meses, de três a seis meses, de seis meses a um ano e maior que um ano.